



Histórias-Memórias de (Re)Existências: Escrevivências e trajetórias das mulheres quilombolas na Bahia

Silvana Santos Bispo¹

Doutoranda (PPGNEIM-UFBA)

 <https://orcid.org/0000-0002-0514-1203>

Recebido em: 22/01/2025

Aprovado em: 26/02/2025

RESUMO

O presente artigo investiga as escrevivências e trajetórias de mulheres quilombolas na Bahia, evidenciando histórias-memórias que revelam experiências de (re)existência e preservação cultural e sociopolítica. A escrevivência, conceito desenvolvido por Conceição Evaristo, surge da escrita que brota das vivências e memórias negras, sendo um ato de afirmação identitária e de pertencimento. A pesquisa, fundamentada em estudos sobre pedagogias quilombolas e decoloniais, com base nas epistemologias de mulheres negras (Dealdina, Nascimento, Evaristo, hooks, Gonzalez, Cardoso), utiliza entrevistas semiestruturadas com 20 mulheres quilombolas baianas para compreender suas práticas de resistência e a transmissão de saberes ancestrais. Este

¹ Historiadora (UNEB). Especialista em História Social e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (ACEB/FCS). Mestra e Doutoranda (PPG/NEIM/UFBA). Professora da Rede Estadual da Educação (SEC/BA). Formadora na Escola de Ativismo Político Beatriz Nascimento, do Instituto ODARA/Bahia. Esteve à frente da Coordenação de Educação para Diversidade, da Secretaria Estadual da Educação por dois anos. Compõe e Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros (HN) e da Rede Internacional de Pedagogias Feministas Negras. Livro Publicado: FEMINISMOS EM DEBATE: Reflexões sobre a Organização do Movimento de Mulheres Negras em Salvador (1978-1997). Email: silvanabispo18@gmail.com.



trabalho destaca duas dessas vozes-memórias como exemplos de resistência. Os resultados iniciais indicam que essas mulheres desempenham um papel central na educação de suas comunidades, promovendo valores como solidariedade, justiça social e Bem Viver. Suas trajetórias são essenciais para a preservação das identidades quilombolas e inspiram lutas por direitos e dignidade. Ao reconhecer suas histórias e práticas, este artigo reafirma a importância da ancestralidade e da interseccionalidade como fundamentos de uma pedagogia quilombola transformadora.

PALAVRAS-CHAVE

Escrevivências; Mulheres Quilombolas; Histórias-Memórias.

Introdução

Para mim, o quilombo é uma ancestralidade muito forte. E é onde eu me sinto bem, estar aqui lutando, brigando em defesa do meu povo, esse povo sofrido. Esse povo sofrido. Mas é um povo que vence, luta e vence. Então, ser quilombola está no sangue. Ser quilombola é respeitar suas ancestralidades, suas origens, sua cultura. E, por isso, eu me sinto feliz em ser e respeitar a nossa cultura.

Mãe Bernadete Pacífico, 2023.

O presente artigo analisa as escrevivências e trajetórias de mulheres quilombolas, utilizando histórias-memórias para destacar suas experiências e (re)existências. As



escrevivências, termo cunhado por Conceição Evaristo (2020), referem-se à escrita que emerge das vivências e memórias das mulheres negras, funcionando como um ato de posicionalidade e afirmação identitária. Este estudo foca nas histórias-memórias de 20 mulheres quilombolas na Bahia, analisando como suas narrativas contribuem para a preservação cultural e a luta por justiça social e para o Bem Viver.² Os objetivos deste artigo são registrar e analisar as escrevivências dessas mulheres, entender como suas trajetórias influenciam a formação de identidades quilombolas e destacar a importância de suas práticas de resistência no combate às desigualdades raciais, de gênero e sociais. Além disso, busca-se promover a valorização das vozes e narrativas dessas mulheres, reconhecendo seu papel crucial na construção de uma sociedade mais equânime.

O referencial teórico baseia-se nas pedagogias quilombolas, nos estudos decoloniais, bem como nos feminismos negros, tomando como base as contribuições de Conceição Evaristo, Selma Dealdina, Beatriz Nascimento, bell hooks e Lélia Gonzalez, Cláudia Cardoso, apenas para citar algumas. A abordagem metodológica é qualitativa, utilizando entrevistas

² O Bem Viver é uma filosofia de vida que emerge dos saberes ancestrais dos povos originários da América Latina, especialmente dos Quéchuas e Aymaras. Fundamentado na harmonia entre os seres humanos, a comunidade e a natureza, o Bem Viver contrapõe-se ao modelo ocidental de desenvolvimento, que prioriza a acumulação de bens materiais e a exploração indiscriminada dos recursos naturais. Ele propõe uma organização social, econômica, política e cultural baseada na coletividade, no respeito à diversidade e na sustentabilidade. Para saber mais sobre o tema, ver: ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: Uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. CARTA das Mulheres Negras. Documento analítico e declaração. Marcha de Mulheres Negras contra o racismo, a violência e pelo bem viver. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf>. Acesso em: 20 de out. de 2024.



semiestruturadas para o registro das histórias-memórias de duas ativistas quilombolas baianas. Esta metodologia permite uma compreensão aprofundada das experiências, subjetividades e de suas práticas. O desenvolvimento da pesquisa ocorre em algumas etapas. Primeiro, foi realizada uma revisão bibliográfica para fundamentar teoricamente o estudo. Em seguida, foram selecionadas 16 comunidades quilombolas na Bahia,³ onde entrevistas e observações foram conduzidas com 20 mulheres, mas aqui, como já sinalizando, darei ênfase a duas falas de minhas interlocutoras. A análise das falas registradas é interpretada à luz do referencial teórico, com síntese e conclusões sendo desenvolvidas nas reflexões durante o decorrer do artigo⁴.

³ Esse artigo é resultado de minha pesquisa de doutoramento em fase de conclusão, a qual será defendida no primeiro semestre de 2025.

⁴ hooks, bell. *Teoria Feminista: Da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

DEALDINA, Selma dos Santos. *Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. 2012. 382f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CONCEIÇÃO, Alaíze dos Santos. “*Vai buscar no mato o que você enjeitou!*”: práticas religiosas e devoções negras no Vale do Iguape – Recôncavo Sul da Bahia (c. 1920 – c. 1980). 2020. 236f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2020.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro latino americano: ensaios, interpretações e diálogos*. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020

NASCIMENTO, Beatriz. “*Quilombos*”: mudança social e conservantismo. In: _____. *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018c. p. 66-79.



Os resultados preliminares indicam que as mulheres quilombolas desenvolvem práticas de historicidade e afirmação, as quais são essenciais para a preservação de suas comunidades e identidades políticas, sociais e culturais. Essas práticas incluem a transmissão de saberes ancestrais, organização de atividades comunitárias e participação nos mais diversos movimentos sociais. É observado que as ativistas quilombolas desempenham um papel central na educação de suas comunidades, promovendo valores de solidariedade, coletividade, respeito e justiça social. Suas escrituras e sociabilidades oferecem um modelo de potencialidade que inspira outras comunidades na luta por direitos e dignidade. Práticas que afirmam identidades quilombolas e promovem a interseccionalidade, valorizando os saberes e trajetórias de suas (re)existências, reforçando o Bem Viver e a ancestralidade como pilares de uma pedagogia quilombola transformadora.

Ancestralidade em (Afirma)ção: é tempo de falar sobre nós mesmas

A articulação entre escritura e história-memória revela um processo profundo e transformador de resignificação das experiências e das lutas de nós, mulheres negras. A escritura, conforme proposta por Conceição Evaristo (2020), vai além do simples ato de escrever; é uma forma de se reapropriar da história e da memória de um povo, de mulheres que, ao longo de séculos, tiveram suas vozes silenciadas ou distorcidas. A escritura é, então, uma estratégia de reexposição da subjetividade e da identidade, uma maneira de reafirmar as histórias



que são feitas de dor forjada pelo racismo gendrado, mas, sobretudo, de resistência e celebração da vida. Kilomba (2019) argumenta que escrever é um ato de descolonização, no qual o escritor ou escritora se opõe às posições coloniais, tornando-se uma figura “validada” e “legitimada”. Nesse processo, ao reinventar a si mesmo, a pessoa nomeia a realidade que foi incorretamente nomeada ou sequer nomeada anteriormente.⁵

A reflexão de Grada Kilomba aponta a escrita como um ato político e de descolonização, destacando que ao escrever, pessoas historicamente marginalizadas reivindicam o poder de nomear e redefinir suas realidades, experiências e trajetórias que foram impostas pelo eu hegemônico brancocêntrico.⁶ Para a autora, a escrita é uma ferramenta para romper com narrativas coloniais que distorceram ou silenciaram nossas histórias, sendo, portanto, um espaço de validação e reinvenção de si mesmos. Esse pensamento dialoga com bell hooks (2019), que também enfatiza a importância de erguer a voz como forma de resistência e transformação. Em obras como: “*Erguer a Voz: pensar como feminista, pensar como negra*”, lançado no Brasil em 2019, e “*Irmãs do Inhambe: mulheres negras e autorrecuperação*”, de 2023, dentre outros, hooks

⁵ EVARISTO, Conceição. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Ilustrações de Goya Lopes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

⁶ O termo “eu hegemônico brancocêntrico” refere-se a uma perspectiva que posiciona a branquitude como o centro da experiência humana universal, frequentemente ignorando ou marginalizando outras identidades, culturas e modos de existência. Esse conceito critica a forma como as narrativas brancas são tratadas como normativas, enquanto outras são subalternizadas ou exotizadas. Para saber mais, consultar: ALVES-BRITO, A.; MASSONI, N. T.; GUERRA, A.; RIVAIR MACEDO, J. Histórias (In)Visíveis nas Ciências. I. Cheikh Anta Diop: Um Corpo Negro na Física. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 12, n. 31, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/791>. Acesso em: 17 dez. 2024.



apresenta a escrita e a fala como práticas de libertação, especialmente para mulheres negras em contextos diaspóricos, que historicamente tiveram suas vozes abafadas em contextos racistas, sexistas e patriarcais.

Para hooks, erguer a voz é um ato de coragem e uma forma de romper o silêncio imposto pelas estruturas de poder. A escrita, nesse sentido, torna-se uma prática que não apenas narra experiências, mas também confronta as opressões e reivindica um espaço na construção do conhecimento. Ao passo que a escrevivência de Conceição Evaristo (2020), coaduna essa discussão ao trazer a ideia de que a escrita nasce da experiência vivida. Escre-viver-ser, diferentemente da escrita convencional, é um ato de narrar a vida sob uma perspectiva coletiva, carregada de ancestralidade, traumas da experiência colonialista, mas sobretudo dos processos de lutas, ações, reinvenções e resistências. Para Evaristo, ao escrever, mulheres negras transformam suas memórias em atos de denúncia e, ao mesmo tempo, de afirmação de nossas subjetividades e lugares no mundo. A escrevivência não busca apenas estetizar a palavra, mas inscrevê-la como um testemunho das realidades vividas por comunidades negras de tempos e lugares diferenciados. Assim, a escrevivência é “uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera. Escrevivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida”.⁷

⁷ EVARISTO, Conceição. A Escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Ilustrações de Goya Lopes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.



Nesta perspectiva, Grada Kilomba, bell hooks e Conceição Evaristo convergem ao tratar a escrita como um ato de transformações, ressignificações e resistências. Enquanto Kilomba destaca a descolonização como um processo de reapropriação da narrativa e da subjetividade, hooks ressalta a força política de erguer a voz e reivindicar espaços de fala. Evaristo, por sua vez, eleva a experiência pessoal ao coletivo, afirmando que escrever a partir da vivência é uma forma de garantir a permanência da memória histórica de uma coletividade negra múltipla e diversa. Juntas, essas perspectivas mostram que a escrita é tanto uma ferramenta de denúncia quanto de cura, um território onde se constroem novas formas de existir, resistir e reinventar o mundo.

A história-memória, por sua vez, é um campo onde essas experiências são registradas, guardadas e repassadas, muitas vezes, para nós populações africanas e afrodiáspóricas por meio de narrativas orais,⁸ como as que encontramos nas comunidades quilombolas. Ela é um processo vivo, em constante construção, que se dá no presente e se projeta para o futuro.⁹ A história-memória de mulheres negras quilombolas são profundamente marcadas pela continuidade de suas trajetórias de luta, pela busca incansável por direitos, pelo reconhecimento da

⁸ A escrita para as populações em África desempenha um papel multifacetado, enraizado em processos históricos, culturais e políticos. Historicamente, o continente africano é berço de sistemas de escrita, como os hieróglifos egípcios, a escrita meroítica, o Ge'ez na Etiópia, e outros sistemas próprios, desafiando narrativas coloniais que retratavam a África como desprovida de tradição escrita. Para mais informações ver: BAINES, John, MALEK, Jaromir. *O mundo Egípcio*. Deuses, Templos e Faraós. Madrid: Edições Del Pardo, 1996. p. 198- 201.

⁹ HAMPATÉ BÂ. Amadou. A Tradição Viva. In. KI-ZERBO, Joseph. (Org.) *História Geral da África*. vol. I. Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982.



ancestralidade e pela resistência diante de um sistema estruturado para apagar ou invisibilizar suas narrativas.

Nesse contexto, recorro ao legado constitutivo das populações negras em diáspora como uma força ancestral e essencial, que atravessa fronteiras e tempos, moldando e fortalecendo identidades e culturas. Esse legado, marcado por práticas de resiliência, criatividade e reinvenção, é fruto de vivências que desafiaram e transformaram as condições impostas pela violência colonial e pela dispersão forçada de nossos corpos e histórias. Nesta perspectiva, o trabalho de Beatriz Nascimento (2018) é profundamente relevante, especialmente na forma como inspira reflexões sobre o conceito de quilombo, os processos de aquilombamento, as estratégias de pertencimento, como a paz quilombola enquanto autodeterminação. Sua visão do quilombo como um espaço de pertencimento nos convida a enxergar os quilombos não apenas como territórios históricos, mas como espaços vivos, continuamente construídos pelas práticas, lutas e memórias das populações negras afrodiaspóricas. Para ela, aquilombar-se é tanto um ato de reexistência quanto de pertencimento a uma história maior, construída por aquelas/es que lutaram, resistiram e sonharam com a liberdade e seu lugar no mundo.

Outro referencial de pertencimento importante diz respeito às pedagogias quilombolas como práticas educativas que estão/são fundamentadas na ancestralidade, na coletividade e na resistência das comunidades quilombolas, promovendo saberes que articulam história, cultura, identidade e luta por justiça social.¹⁰ Essas pedagogias são marcadas pela valorização das

¹⁰ DEALDINA, S. dos S. *Mulheres Quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política*. In: DEALDINA, S. dos S. (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências*



experiências e vivências das populações negras, especialmente no contexto dos quilombos, onde o ensino transcende a transmissão de conhecimento formal para abarcar a memória coletiva, a preservação cultural e a construção de uma educação emancipadora.¹¹ Assim, certos aspectos são essenciais para compreendermos as interseções que definem as pedagogias quilombolas, a saber:

Tabela 1 - Princípios das Pedagogias Quilombolas

Ancestralidade como Base Epistemológica	A ancestralidade é um eixo central das pedagogias quilombolas. Os saberes transmitidos pelos mais velhos/os e pelas lideranças da comunidade são fundamentais para a formação das novas gerações, reforçando a continuidade cultural e os valores comunitários.
Resistência e Luta por Direitos	A pedagogia quilombola é, por essência, uma pedagogia da resistência. Ela se opõe às estruturas hegemônicas que tentam apagar as histórias e os direitos das comunidades negras, destacando a luta pela terra, pela dignidade e pelo reconhecimento.
Valorização dos Saberes Locais	As práticas educativas nas comunidades quilombolas reconhecem a importância dos saberes locais, como o uso

negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020. p. 25-44. SILVA, G. M. Mulheres Quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina. In: DEALDINA, S. dos S. (org.). Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020. p. 25-44.

¹¹ GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: RJ, Vozes, 2017.



	das plantas medicinais, as práticas agrícolas sustentáveis, os diversos aspectos culturais como a capoeira, e outros.
Interseccionalidade e Identidade	A pedagogia quilombola valoriza as múltiplas identidades que compõem as comunidades, promovendo o respeito às diferenças de gênero, raça, geração e religião, e oferecendo uma educação que empodera e fortalece essas identidades.
Coletividade e Bem Viver	A educação quilombola promove uma visão coletiva do mundo, onde o bem-estar da comunidade é colocado acima do individualismo. Esse princípio está alinhado ao conceito de Bem Viver, que busca harmonia com a natureza, respeito às diferenças e justiça social, não perdendo de vista as subjetividades das pessoas envolvidas.

Fonte: produção própria

Em um contexto de crescentes ameaças aos direitos das comunidades quilombolas, as pedagogias quilombolas são uma ferramenta crucial para a conscientização, a preservação cultural e a luta política. Elas permitem que as novas gerações não apenas conheçam suas histórias, mas também se tornem protagonistas na construção de um futuro mais justo e efetivamente equânime. Ao registrar aqui um pouco sobre as trajetórias das duas ativistas apresentadas neste texto, busco evidenciar como suas vivências e lutas se conectam a essa herança coletiva, ressignificando as margens da história oficial e criando espaços de potencialidade e pertencimento. Suas ações e vozes, impregnadas de ancestralidade e luta, reafirmam o papel central de mulheres negras na construção de práticas de justiça social, na preservação dos saberes



comunitários e na continuidade de um projeto histórico, político e cultural, nas pedagogias quilombolas, interseccionados pelo Bem Viver e pela transformação social.

Mãe Bernadete Pacífico: Trilhas de Luta, Ancestralidade e o Legado da Família Negra Extensa

As trajetórias de Mãe Bernadete Pacífico e Pan Batista ilustram, de forma potente, como as mulheres quilombolas da Bahia ressignificam a ancestralidade e resistência em ações cotidianas que fortalecem suas comunidades. Estas escrituras demonstram que o ativismo quilombola se baseia em práticas de cuidado, preservação cultural e luta por direitos, em diálogo constante com saberes ancestrais.

Aqui é importante demandar que faço uso do termo “interlocutoras” em vez de “fontes” ou “objetos de pesquisa”, ao qual reafirmo uma postura ética e política que reconhece a produção de nós, mulheres negras quilombolas como pessoas ativas na construção e produção do conhecimento. Para nós, pessoas negras, reconhecer e valorizar as narrativas é primordial diante uma sociedade que historicamente projetou no imaginário nacional nossa invisibilidade e silenciamento.¹² A palavra “interlocutoras” sublinha o caráter dialógico e participativo deste estudo, evidenciando que suas vozes e experiências não são apenas materiais a serem analisados,

¹² CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. 2012. 382f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.



mas elementos centrais que orientam as reflexões e direcionam as análises. Essa escolha está ancorada em perspectivas teóricas decoloniais e feministas negras, que questionam a objetificação histórica de corpos e saberes negros na academia. Em vez de reproduzir uma abordagem hierárquica e extrativista, considero as interlocutoras como coautoras, cujas histórias-memórias iluminam caminhos para práticas de resistência e reconstrução social.¹³

Além disso, essa terminologia ressalta a reciprocidade e o respeito inerentes ao processo de pesquisa. Reconhecer as mulheres quilombolas como interlocutoras é reconhecer suas agências como líderes comunitárias, educadoras e guardiãs de saberes ancestrais. Suas contribuições transcendem a condição de informantes, pois enriquecem o trabalho com suas narrativas, conhecimentos e perspectivas sobre justiça social, ancestralidade e aquilombamento. Em última instância, o uso do termo “interlocutoras” alinha-se ao compromisso de produzir uma ciência que não fala sobre, mas com as pessoas e comunidades estudadas, priorizando o diálogo, a escuta e o reconhecimento mútuo como fundamentos para a construção de saberes verdadeiramente transformadores.

¹³ ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 229, 2000. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 13 de dez. 2024.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. e0102, 2020. DOI: 10.5965/2175180312292020e0102. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102>. Acesso em: 12 de dez. 2024.



Assim, inicio o diálogo com minhas interlocutoras a partir de Maria Bernadete Pacífico Moreira, mas conhecida por Mãe Bernadete, como sacerdotisa do candomblé e ativista ambiental, conecta espiritualidade e política em uma prática transformadora. Seu legado inclui a construção de projetos comunitários que protegem o meio ambiente e resgatam a memória cultural das comunidades quilombolas. Ela reforça a importância da ancestralidade como base para enfrentar desigualdades e afirmar direitos. Faço referência a ela no presente porque seu legado continua vivo e pulsante, transcendendo a finitude de sua existência física. Seu trabalho não se limita ao passado; ele se reflete nos projetos comunitários que ainda inspiram ações coletivas na Comunidade Quilombola de Pitanga dos Palmares-Caipora, localizado no município de Simões Filho, região metropolitana de Salvador, Bahia, nas memórias que circulam entre nós e nas sementes de transformação que ela nos legou.

Neste texto, falar de Mãe Bernadete no presente não é apenas uma escolha estilística, mas um posicionamento político. É um ato de resistência contra a necropolítica (Mbembe, 2018), que tenta silenciar corpos negros e dissidentes. É um reconhecimento de que, embora tentem apagar nossas lideranças, suas vidas e lutas ecoam em nossos passos, moldando o futuro que buscamos construir, e de forma algum esquecendo que buscamos justiça e respostas efetiva sobre seu assassinato.¹⁴ Como uma ativista negra que, desde a adolescência, esteve envolvida nas lutas antirracistas, e, já adulta, o feminismo negro atravessou minha trajetória de forma contundente. Neste contexto, conheci Dona Berna, como carinhosa e respeitosamente muitas

¹⁴ MBEMBE, Achille. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução Renata Santini. São Paulo: N° 1 edições, 2018.



de nós, dos mais diversos movimentos de mulheres negras, a chamamos. Realizei entrevista com ela de forma remota em 19 de maio de 2023, três meses depois, sua vida seria violentamente ceifada. De modo que, quando perguntada sobre a constituição de sua família e sua infância, ela responde que:

Eu sou viúva. Eu tenho dois filhos, só tenho um agora. Dois filhos homens. Criei muitos, batizei muitos, criei muitos. Tenho três meninas que eu criei, que são casadas e um menino, né? Mas estou aqui. Com relação à minha infância. A minha infância foi uma infância normal, né? Estudei com muita dificuldade, né? Meus pais não tinham condições. Minha mãe era da roça, entendeu? Depois foi pra Salvador por causa de mim, para ser empregada doméstica. Mas eu sempre, como é que diz? Lutando pelo direito até onde eu consegui. Hoje, onde eu estou, né? Tenho dois irmãos. Tenho dois filhos. Tenho três netos.¹⁵

A fala de Mãe Bernadete traz à tona elementos fundamentais para compreendermos a importância da família extensa para nós populações negras, bem como a dimensão do coletivismo, aspectos que são centrais nas relações familiares e comunitárias de muitas famílias negras, especialmente em contextos de afirmação de nossos pertencimentos e identidade.¹⁶ Ao mencionar que, embora tenha perdido um dos filhos, Binho do Quilombo¹⁷ ela sempre “criou

¹⁵ Fala de Mãe Bernadete Pacífico, registrada em uma entrevista que realizei em abril de 2023.

¹⁶ REIS, I. C. F. dos. Breves reflexões acerca da historiografia sobre a família negra na sociedade escravista brasileira oitocentista. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 113–132, 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/293>. Acesso em: 16 jan. 2025.

¹⁷ Flávio Gabriel Pacífico dos Santos, conhecido como Binho do Quilombo, foi tragicamente ceifado pela violência aos 36 anos, em 2017, na comunidade de Pitanga dos Palmares, perto de seus filhos. A luta de Mãe Bernadete Pacífico por justiça ao assassinato de seu filho, tornou-se um marco de sua resistência, dor e força coletiva. Desde 2017, quando Binho foi brutalmente assassinado, Mãe Bernadete transformou sua indignação em ação, denunciando não apenas a violência que tirou a vida de seu filho, mas também o contexto de racismo estrutural e descaso estatal que perpetua a vulnerabilidade das comunidades quilombolas.



muitos”, incluindo crianças de outras famílias e batizou outras tantas, Berna exemplifica a prática de acolhimento e solidariedade própria da família extensa, característica comum nas comunidades negras. A ideia de família, para muitas de nós, transcende a unidade nuclear, que normalmente consiste em pais e filhos. Ela abrange uma rede mais ampla de parentes, vizinhos e membros da comunidade, cuja solidariedade mútua é uma estratégia de sobrevivência e proteção contra as adversidades, como a pobreza, a exclusão social e o racismo estrutural.¹⁸

Angela Davis aborda a importância da família extensa em: *Mulheres, Raça e Classe*, no Brasil publicado em 2016, a qual a autora e ativista afro-americana traz uma reflexão poderosa de como as comunidades negras recriaram estruturas de apoio coletivo em resposta à desestruturação familiar imposta pela escravização¹⁹. Ao passo, do pensamento de uma das principais pensadoras brasileira, Lélia Gonzalez quando ela constrói o conceito de pretuguês para destacar as continuidades culturais entre a diáspora africana e os povos afro-brasileiros, incluindo o papel da família extensa na preservação da ancestralidade e no enfrentamento das desigualdades.

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais,

¹⁸ REIS, I. C. F. dos. Breves reflexões acerca da historiografia sobre a família negra na sociedade escravista brasileira oitocentista. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 113–132, 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/293>. Acesso em: 16 jan. 2025.

¹⁹ DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016. GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora 34, Universidade Cândido Mendes - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.



que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês.²⁰

A ideia do “pretuguês” que Lélia Gonzalez traz é, portanto, um poderoso conceito histórico, político e cultural. Ao afirmar que o português falado no Brasil é, em grande medida, moldado por influências africanas, ela nos convida a reconhecer a força e a criatividade dos saberes afrodiáspóricos, que, mesmo sob a violência da colonização, persistiram e se reinventaram. A transformação do português em “pretuguês” é uma demonstração viva de como as populações negras no Brasil reinterpretaram e ressignificaram a língua imposta, tornando-a um veículo de expressão identitária e pertencimento. O “pretuguês”, enquanto resultado de uma fusão cultural que carrega marcas linguísticas de origem africana, é transmitido e preservado dentro dessas redes de convivência. A família negra extensa funciona como um espaço educativo e cultural, onde a linguagem, os saberes orais e os valores comunitários são passados de geração em geração.

A referência de Mãe Bernadete à sua infância “normal”, mas marcada por dificuldades, como a falta de condições financeiras, e o fato de sua mãe ter sido empregada doméstica, ilustra o contexto de muitas de nós mulheres negras, historicamente se viram em situações de subordinação e desafios socioeconômicos, mas também encontraram na luta por direitos e na solidariedade familiar e comunitária uma maneira de resistir. Sou exemplo disso, fui criada por

²⁰ GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs. p.223-244, 1984.



uma comunidade negra, onde os laços de solidariedade e coletividade eram a base de nossa existência. Cresci observando o esforço coletivo para superar as adversidades, desde o cuidado compartilhado entre as famílias até as estratégias para garantir o sustento e a dignidade de todos. Minha formação não se deu apenas no espaço da escolaridade formal, mas principalmente nas trocas de saberes que aconteciam na roda de conversa e nas celebrações religiosas e culturais da comunidade.

Esse aprendizado forjou em mim uma consciência de pertencimento e responsabilidade coletiva. As histórias que ouvi das mulheres mais velhas, sobre suas lutas e resistências, e os exemplos de coragem e resiliência que presenciei, se tornaram inspiração para minha trajetória. Assim como Mãe Bernadete, muitas de nós aprendemos desde cedo que resistir é um ato cotidiano, uma prática que envolve não apenas enfrentar as injustiças, mas também preservar nossas memórias, culturas e modos de vida.

O movimento de luta por direitos, que ela menciona, remete à ideia de que, apesar das dificuldades, o apoio coletivo e a mobilização comunitária foram e são ferramentas essenciais para a resistência negra. Além disso, sua fala reflete a importância de se valorizar as múltiplas formas de cuidado e de afeto que as mulheres negras proporcionam, muitas vezes assumindo papéis de matriarcas, que se tornam referências de resistência e força. Esse cuidado, que vai além da família nuclear, é uma prática profundamente enraizada nas culturas negras e nos modos de organização social. Na cultura afro-brasileira, por exemplo, a rede de apoio familiar e de vizinhança desempenha um papel vital na educação, no apoio emocional e até na resistência



política. Assim, sua fala não apenas revela as dificuldades enfrentadas, mas também destaca uma das mais poderosas formas de resistência da população negra: a solidariedade e a força dos laços familiares e comunitários, fundamentais para a construção de um legado de luta, cuidado e apoio mútuo. Ao abordar a importância da ancestralidade em sua vida, memória e trajetória como ativista quilombola, ela ressalta que:

Ancestralidade para mim é respeitar a ancestralidade dos meus avós. De onde eu vim, de quem eu sou, por que eu sou. Ancestrais, pessoas que lutaram, morreram e deixaram esse legado. E legado esse que eu continuo. (...). É respeitar quem foi meu pai, quem foi minha mãe, quem foi minha avó. Eu quero dar continuidade a tudo que eles deixaram. Entendeu? Aí agora eu vou também dar continuidade aos meus netos. E eu acho que a ancestralidade para mim é uma grande coisa. É aquela coisa que quando eu nasci já encontrei com a minha mãe, já encontrei com meu pai. Então eles morreram. E agora eu tô respondendo pelas ancestralidades deles.²¹

A fala de Mãe Bernadete evidencia a profundidade e a centralidade da ancestralidade na constituição de sua identidade, trajetória e atuação como ativista quilombola. Ao reconhecer o legado deixado por seus antepassados, ela resgata a força das memórias daqueles que vieram antes dela e pavimentam o caminho para uma vida forjada em lutas e ações políticas. A ancestralidade, nesse sentido, não é apenas uma conexão espiritual ou simbólica, mas uma responsabilidade viva que orienta suas ações, valores e compromissos com a comunidade. Ela explicita que ser guardiã da memória de seus pais, avós e ancestrais é também garantir a continuidade de um legado coletivo de resistência e justiça.

²¹ Fala de Mãe Bernadete Pacífico, registrada em uma entrevista que realizei em abril de 2023.



A ancestralidade, conforme descrita por ela, transcende o indivíduo, alcançando dimensões comunitárias e intergeracionais. Ao mencionar que está dando continuidade ao que seus antepassados deixaram e já vislumbrando o papel que seus netas e netos desempenham, ela reafirma a noção de família negra extensa e coletiva como núcleo de resistência histórica e cultural. Sua fala nos ensina que ser quilombola é assumir a luta como herança e projeto de futuro, mantendo vivos os ensinamentos e as práticas de luta e solidariedade.

Hoje, Mãe Bernadete se torna ela mesma uma ancestral, tragicamente ceifada pela violência que tantas vezes combateu. Seu assassinato brutal não apagou, contudo, o brilho de seu legado, que permanece como um farol para sua comunidade e além dela. A continuidade de sua luta, agora simbolizada na exigência por justiça e no fortalecimento das causas que defendia, é uma reafirmação de que as sementes que plantou continuam a florescer. Tornar-se ancestral, tanto no caso de Mãe Bernadete quanto de seu filho Binho do Quilombo, parceiro de uma vida de luta, vai além de ocupar o espaço das memórias de sua comunidade. É, também, ser um símbolo vivo de força e inspiração para as gerações futuras que seguirão os passos na busca por direitos, dignidade e Bem Viver.

Pan Batista: Sociabilidade e Organização Política para o Bem Viver

Pan Batista, também conhecida como Rosanegra é uma destacada liderança política e comunitária. Figura de referência na luta pela titulação das terras quilombolas e na articulação



de encontros que integram cultura, memória e mobilização social. Sua atuação é alicerçada na crença de que o Bem Viver só pode ser alcançado por meio da coletividade e da justiça territorial. Para ela, a terra não é apenas um espaço físico, mas um território de vida, identidade e resistência, sendo fundamental garantir a sustentabilidade e a autonomia das comunidades quilombolas. Moradora do Quilombo de Santiago do Iguape, situado na histórica cidade de Cachoeira, no recôncavo baiano, Pan Batista atua como uma voz poderosa na defesa dos direitos das populações quilombolas. Em sua trajetória, ela combina ações práticas com reflexões profundas sobre a ancestralidade, valorizando os saberes tradicionais e promovendo estratégias para fortalecer sua e outras comunidades circunvizinhas.²²

Sua liderança se expressa em diversas frentes, abrangendo desde a organização de eventos culturais e educacionais até um comprometido engajamento político em questões territoriais, ambientais e sociais. Em uma entrevista realizada em 19 de abril de 2023, perguntei sobre a vivência em um território ancestral, habitado por famílias negras que, ao longo dos séculos, enfrentaram lutas e resistências contra a escravização colonial. Sua resposta revelou o entrelaçamento entre história, memória e identidade, destacando a importância de preservar a herança cultural e as tradições que sustentam as comunidades quilombolas, especialmente as advindas das mulheres de sua família.

²² De acordo com o último censo realizado em 2022, conta com um total de 18 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Para saber mais sobre o assunto, ver: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40704-censo-2022-brasil-possui-8-441-localidades-quilombolas-24-delas-no-maranhao>.



Eu me chamo Adinil Batista de Souza. Um nome que a minha tia, irmã de minha mãe me deu (...) E aí eu recebi o apelido de Pan Batista já na infância. Então assim, mas também nunca encontrei um familiar para me dizer o porquê que me chamava de Pan. E aí ficou associado Pan Batista. Como eu gosto muito do meu sobrenome, ele é carregado de uma historicidade muito importante para mim. Que são os referenciais das mulheres da minha família. São mulheres que vêm de uma comunidade quilombola também aqui na minha região. E existem dentro dos seus núcleos pessoas que também trabalharam e resistiram nos engenhos de cana-de-açúcar na nossa região. Que é uma região de vários engenhos. Inclusive pessoas que trabalhavam até como escravas nesses engenhos. Servindo dentro de casa desses donos, desses engenhos. Como também parentes homens que trabalhavam como escravos de confiança. Acompanhando o processo de lavoura do lado de fora. Então assim, eu encontro em um determinado tempo da minha família algumas pessoas que trabalham. E pessoas ainda mais velhas contando e tendo a memória dessas pessoas. Só que aí a gente foca muito no que essas mulheres eram na nossa família. Então eu venho de três gerações de mulheres que me antecederam no sentido de que tem uma história para isso. Enfim, então assim, eu sou nascida e criada na comunidade quilombola de Santiago do Iguape.²³

A fala de Pan evidencia como as memórias familiares e as histórias das comunidades quilombolas se entrelaçam, construindo identidades que resistem ao apagamento imposto por narrativas coloniais. Seu nome, por exemplo, como ela explicita, foi dado por uma figura feminina de sua família, carrega em si a carga simbólica de continuidade e ancestralidade, conectando-a a gerações de mulheres que protagonizaram lutas por sobrevivência e dignidade. Pan reconhece no sobrenome Batista não apenas um elemento de identidade, mas um marcador histórico que remete às mulheres da sua família, figuras centrais na preservação da memória, da cultura e da luta coletiva em uma comunidade quilombola. Mulheres, que vivenciaram e

²³ Fala de Pan Batista, registrada em uma entrevista que realizei em abril de 2023.



enfrentaram historicamente a experiência no trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar no recôncavo baiano,²⁴ ocupam um espaço central na formação do território quilombola e na construção das redes de solidariedade que sustentam as comunidades até hoje. Segundo Conceição, a região do Recôncavo baiano é amplamente reconhecida por historiadoras/es brasileiras/os por ter sido cenário de importantes experiências econômicas e culturais, especialmente das populações negras trazidas pela diáspora africana, com destaque para os povos jejes, nagôs, angola e mina.²⁵

Além disso, ao narrar o papel dos homens de sua família como “escravos de confiança” e as mulheres no espaço doméstico dos engenhos, Pan Batista ressalta a complexidade das dinâmicas sociais e econômicas do período colonial, expondo as diferentes formas de resistência e resiliência dos sujeitos negros. Esse reconhecimento dos papéis desempenhados pelos ancestrais, especialmente pelas mulheres, é uma forma de recuperar a história apagada pela

²⁴ A experiência no trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano é um dos marcos centrais das memórias e vivências das populações negras e quilombolas que resistiram e persistiram nesse território. Desde o período colonial, esses engenhos não foram apenas espaços de exploração e opressão, mas também palcos de inúmeras formas de resistência, solidariedade e reinvenção cultural. Para muitas famílias negras, os engenhos representaram um lugar de subjugação pela mão de obra escravizada, onde mulheres e homens eram forçados a desempenhar funções árduas tanto no corte e moagem da cana quanto nos trabalhos domésticos nas casas grandes. Para saber mais sobre o tema, ver: BARICKMAN, Bert Jude. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*, n. 21-22, 1998. GODOY, Marcelo Magalhães. Civilizações da cana-de-açúcar: dois paradigmas de atividades agroaçuquareiras no Novo Mundo, séculos XVI a XIX. *História econômica & história de empresas*, v. 10, n. 2, 2007.

²⁵ CONCEIÇÃO, Alaíze dos Santos. “Vai buscar no mato o que você enjeitou!”: práticas religiosas e devoções negras no Vale do Iguaçu – Recôncavo Sul da Bahia (c. 1920 – c. 1980). 2020. 236f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2020.



historiografia oficial, que frequentemente secundariza o papel central da formação das populações negras e dos povos originários para a formação da sociedade brasileira.

Sua declaração, em que afirma ser “nascida e criada na comunidade quilombola de Santiago do Iguape”, reafirma sua conexão indissociável com o território, que, para além de espaço físico, é um locus de memória, identidade e resistência. Essa territorialidade é parte essencial do conceito de quilombismo,²⁶ como formulado por Abdias do Nascimento (2019), e dialoga com a noção de corpo-território de Eduardo Miranda (2020), que enxerga o corpo negro como espaço de existência, luta e afirmação. De modo que ao abordar o conceito de corpo-território, ele propõe uma reflexão profunda sobre as relações entre o corpo e o espaço vivido, especialmente no contexto decolonial. Esse conceito desafia perspectivas ocidentais e hegemônicas, enfatizando que o corpo não é apenas um recipiente físico, mas um território que carrega memórias, identidades, saberes ancestrais e experiências vividas. Ao passo que permite também repensar práticas educativas, destacando a importância de uma pedagogia que valorize os saberes locais e as práticas comunitárias. Ao interseccionar a relação simbiótica entre corpo,

²⁶ O conceito de quilombismo, desenvolvido pelo ativista, intelectual e político Abdias Nascimento, é uma das mais poderosas ferramentas teóricas e políticas para compreender e lutar pelas realidades das populações negras no Brasil. Em sua essência, dimensiona os valores históricos, sociais e culturais dos quilombos, projetando-os como um modelo de organização social, política e cultural baseado em solidariedade, coletividade, ancestralidade, autonomia e justiça social. Abdias Nascimento define o quilombismo como uma filosofia política que transcende a ideia do quilombo como um simples refúgio contra a escravização a qual a historiografia oficial por décadas produziu. Para ele, os quilombos representavam espaços de resistência ativa, onde se construíam novas formas de sociabilidade e economia, fundamentadas na cooperação e no respeito à dignidade humana.



território e ancestralidade, Miranda reafirma o papel das práticas culturais e espirituais como ferramentas de resistência e transformação.²⁷

Assim, a fala de Pan Batista é um testemunho vivo da continuidade histórica das lutas quilombolas, da centralidade das mulheres negras como guardiãs da memória e da necessidade de reescrever as narrativas sobre o Brasil a partir dessas perspectivas. Ela nos convoca a reconhecer a força e a vitalidade das comunidades quilombolas como parte fundamental do tecido social brasileiro, afirmando a importância do pertencimento coletivo, da ancestralidade e do bem viver como resistência ao racismo e às desigualdades estruturais.

Considerações de continuidade

Este artigo procurou refletir sobre as dimensões culturais, políticas e sociais do pertencimento quilombola, com ênfase na importância da ancestralidade e nas práticas de resistência que permeiam a história desses povos. A análise das trajetórias de mulheres quilombolas, como Mãe Bernadete Pacífico e Pan Batista, ilustram a continuidade de uma luta iniciada pelos nossos ancestrais, que buscaram, durante séculos, manter vivas suas culturas e identidades frente à opressão e violência do sistema colonial e das estruturas racistas contemporâneas.

²⁷ MIRANDA, Eduardo Oliveira. *Corpo-território & educação decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência* / Eduardo Oliveira Miranda. - Salvador: EDUFBA, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo: documentos de uma militância Pan-Africana*. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, Ipeafro: 2019.



Ao longo deste trabalho, foi possível perceber que a paz quilombola, longe de ser um estado de passividade ou tranquilidade, é um conceito profundamente enraizado na luta por justiça, na reafirmação da identidade e no respeito à ancestralidade. A paz, nesse contexto, é construída nas relações de solidariedade e coletividade, que são características centrais da organização e resistência das comunidades quilombolas. Este conceito de paz, portanto, se configura como uma forma de Bem Viver, que se opõe ao processo histórico de violência e subordinação imposto às populações negras desde o período colonial.

Além disso, observou-se que a resistência das comunidades quilombolas não se dá apenas nas dimensões físicas e territoriais, mas também nas práticas culturais, pedagógicas e espirituais que têm sido transmitidas de geração em geração. A escrevivência, como uma forma de narrar e viver a experiência negra, e o conceito de quilombismo emergem como elementos essenciais para a construção de um projeto de futuro, onde as novas gerações são convocadas a continuar a luta por direitos, dignidade e justiça social. Os legados de figuras como Mãe Bernadete – a ela dedico a escrita deste artigo, MODUPÉ – e tantas outras lideranças quilombolas reforçam a importância de se reconhecer o valor das histórias de vida e a luta constante pela titulação de suas terras, pela defesa dos territórios ancestrais e pela autodeterminação das comunidades quilombolas. Elas são guardiãs da memória coletiva e da cultura ancestral, sendo, muitas vezes, as protagonistas de um processo contínuo de reconhecimento e afirmação da identidade quilombola.



Por fim, este trabalho não pretendeu ser um ponto final, mas sim uma contribuição para a ampliação das discussões sobre as realidades e desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas, especialmente no que tange à luta por justiça social e à preservação das identidades culturais negras. A continuidade dessa investigação é essencial, pois, ao se aprofundar nas múltiplas dimensões do quilombamento, do quilombismo e da paz quilombola, novas possibilidades para uma convivência mais equânimes podem ser vislumbradas, levando em consideração os saberes, as práticas e os valores dessa rica e vibrante herança ancestral. O caminho à frente exige a construção de pontes entre as gerações passadas, presentes e futuras, para que a luta por um Bem Viver, pautada nos princípios de justiça, igualdade e reconhecimento, se perpetue e floresça em todas as comunidades quilombolas do Brasil.